



FUNDO BEM COMUM

O desemprego como oportunidade!

O Fundo Bem Comum, FCR é um instrumento de capital de risco regulado pela CMVM, nos termos do Decreto-Lei n.º 375/2007, registado com o n.º 1306.



Contexto e motivação

Constatando a existência de um elevado número de pessoas com mais de 40 anos, com saber adquirido, competência profissional e talento não utilizado por empresas empregadoras;

Considerando a necessidade que Portugal tem de iniciativas empresariais capazes de promover o emprego e a criação de riqueza;

Acreditando profundamente na capacidade de cada pessoa e no valor para novos projetos, decorrente da experiência e competências adquiridas ao longo de uma vida profissional;

A ACEGE promoveu a constituição do Bem Comum SCR, à qual aderiu prontamente um conjunto de empresas e instituições sob a forma de acionistas, investidores e parceiros.



Propósito

A Bem Comum SCR tem como objetivos:

- Estimular quadros qualificados, desaproveitados por desemprego ou em situação de pré-reforma e com experiência profissional relevante a desenvolverem projetos empresariais;
- Apoiar os projetos com potencial de crescimento, financeiramente e com assessoria técnica, no sentido de garantir a criação sustentável de postos de trabalho;
- Potenciar uma plataforma ampla de apoio e informação ao empreendedorismo sénior.

A Bem Comum, SCR propõe-se, pois, a utilizar o *private equity* numa função social de criação de empresas e de geração de riqueza, que promova a integração no mercado de trabalho dos promotores e de outros desempregados, com base em empresas com elevado potencial.

O profissionalismo e a exigência colocada na análise e no apoio técnico a cada proposta de investimento, a par de um acompanhamento pessoal do empreendedor, funcionam como base para o êxito deste fundo.

MISSÃO, ÂMBITO E FINANCIAMENTO DO PROJECTO

Missão e objetivo

- **Missão:** promover a criação de condições efectivas que permitam transformar quadros médios e superiores desempregados em empreendedores, alavancando na experiência dos associados da ACEGE e na sua disponibilidade de apoio ao bem comum
- **Objetivo:** promover a **criação de emprego** através da dinamização da **iniciativa privada de desempregados** financiando as necessidades de capital e desenvolvendo a capacidade de empreendedorismo

Âmbito

- **Alvo:** indivíduos **desempregados com mais de 35 anos** com bom curriculum profissional e características pessoais orientadas ao empreendedorismo
- **Sectores:** **todos** os sectores com preferência por **projectos pouco intensivos em I&D** (*time-to-market* inferior a 1 ano) e com **alguma componente diferenciadora** – projectos pouco inovadores e/ou financiáveis pela banca tenderão a ser rejeitados (restauração, pequeno comércio, etc.)
- **Dimensão e natureza dos projectos:** criação de empresas suportadas por **investimentos de pequena dimensão** (100-300 mil euros)

Modelo financiamento

- **Meios financeiros:** fundo de capital de risco com o montante de **2,5 milhões de euros** com investimento de Jose de Mello SGPS; Fundo Pensões Santander; Caixa Capital; Espírito Santo Tech Ventures; Associação Mutualista Montepio
- **Fórmula de financiamento:** **entrada no capital social** do projecto sem exigência de garantias reais, numa lógica de sociedade com o promotor, entre 25% e 40% do capital social
- **Objectivos do fundo:** **maximização da taxa de sucesso** dos projectos (sem prejuízo da rentabilidade do fundo) de forma a assegurar a efectiva criação de emprego

PROPOSTA DE VALOR DISTINTIVA FACE A ALTERNATIVAS EXISTENTES NO MERCADO

Alvo de investimento

Iniciativas de pequena dimensão (*small ticket*) em qualquer sector criados de raiz por indivíduos com mais de 35 anos

Claramente distintivo face a outras ofertas de capital de risco públicas ou privadas

- Operadores profissionais de capital de risco orientados a operações de grande dimensão
 - Programas públicos tendencialmente orientados a iniciativas de base tecnológica
 - Fundos das universidades orientados a projetos saídos das suas próprias estruturas
-

Lógica de financiamento

Partilha de risco com o promotor, garantindo o sucesso do projeto e não apenas a maximização do retorno

Lógica social distintiva face ao crédito bancário e a instituições privadas de capital de risco

- Operadores profissionais orientados à maximização do retorno do capital
 - Bancos exigem garantias reais e prestações regulares de capital e juros
-

Parceria na gestão e orientação

Orientação e acompanhamento permanentes dos promotores e acesso a uma rede de dinamização empresarial experiente e relevante

Amplitude e qualidade da rede ACEGE

- Operadores de capital de risco não concedem formação específica
- Universidades não têm acesso ao âmbito de competências da rede ACEGE
- Banca comercial e Estado não estão vocacionados para apoio à gestão
- Fundos tradicionais não dão acesso a uma rede ativa de facilitação comercial

SÍNTESE DO MODELO DE FUNCIONAMENTO

Seleção dos projectos

- Os projetos e os candidatos serão sujeitos a **um rigoroso processo de avaliação** predefinido, apoiado pela equipa de avaliação, membros da ACEGE com *track record* e **especialistas em recrutamento de executivos**
-

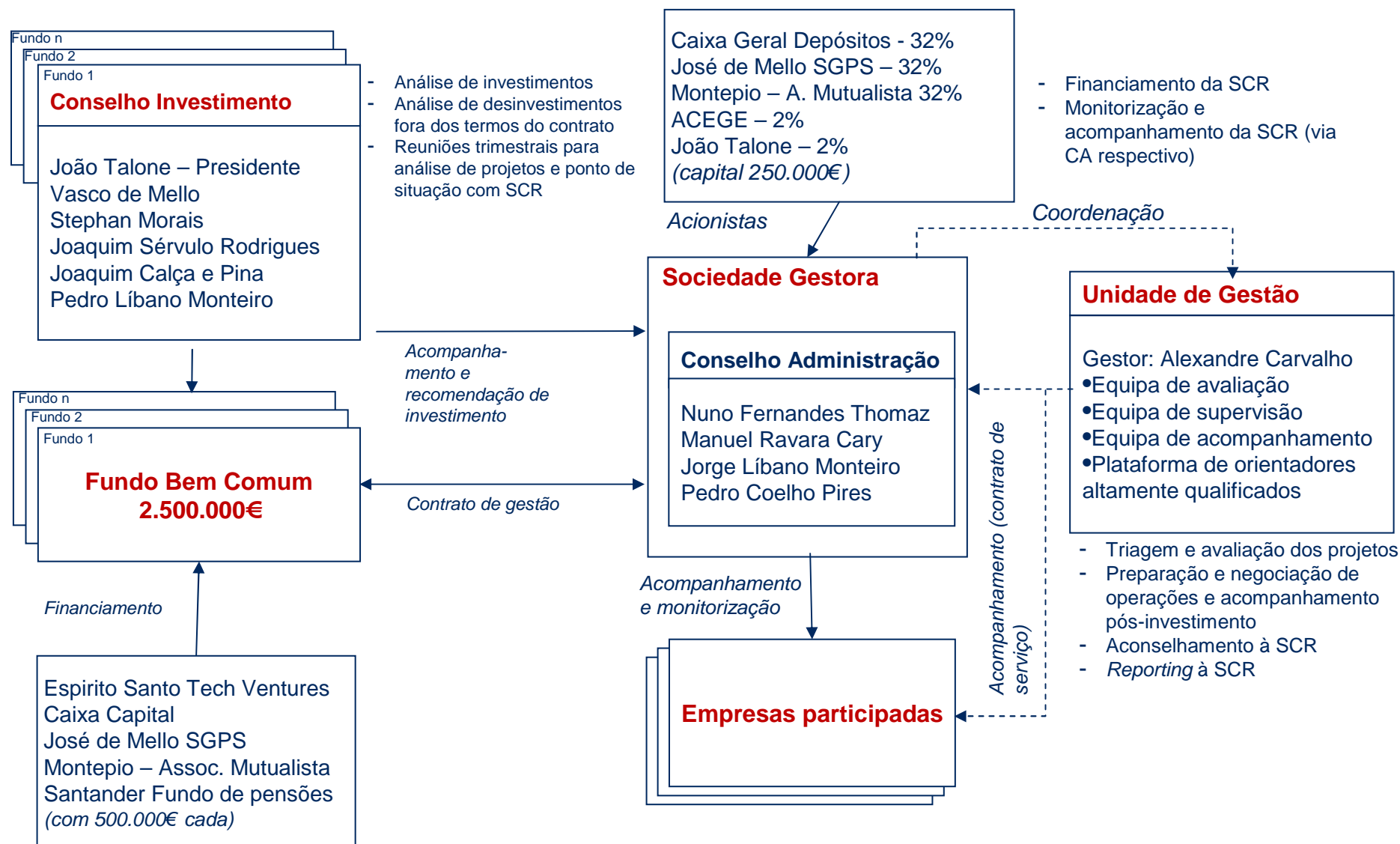
Acompanhamento dos projectos

- Os promotores terão acesso ao networking comercial do Fundo Bem Comum e da ACEGE, assim como a possibilidade de utilizar uma plataforma de serviços profissionais que permitem reforçar competências de gestão
 - **A monitorização dos projetos** será assegurada pelo acompanhamento ativo por parte da **Sociedade Gestora**
-

Modelo de governance

- O Fundo é gerido pela Bem Comum, SCR, especialmente criada para o efeito, com uma estrutura otimizada e **alavancada na rede da ACEGE e em parceiros especializados** ao longo das diversas fases do ciclo de vida do Fundo e apoiado por um Conselho de Investimento altamente qualificado

A ORGANIZAÇÃO



ORGÃOS SOCIAIS DA SOCIEDADE GESTORA

Acionistas

Caixa Geral de Depósitos, S.A., com 32%

Montepio Geral – Associação Mutualista, com 32%

José de Mello, SGPS, S.A., com 32%

ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores, com 2%

João Luís Ramalho de Carvalho Talone, com 2%

Assembleia Geral

Presidente: António Pinto Leite

Vogal: Ricardo Amaro

Conselho de Administração

Presidente: Nuno Fernandes Thomaz

Vogal: Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary

Vogal: Jorge Manuel da Costa Pinheiro Líbano Monteiro

Vogal: Pedro Coelho Pires (representante Montepio)

Auditores

Moore Sthepens & Associados, SROC, S.A

ORGÃOS SOCIAIS DO FUNDO BEM COMUM

Conselho Investimento

Presidente: João Luís Ramalho de Carvalho Talone

Vice-Presidente: Vasco de Mello (José de Mello, SGPS)

Vogal: Stephan Morais (FCR Empreender Mais – CAIXA CAPITAL)

Vogal: Joaquim Manuel Jordão Sérvulo Correia (ES TECH VENTURES, SGPS,)

Vogal: Pedro Líbano Monteiro (Montepio Geral – Associação Mutualista)

Vogal: Joaquim Calça e Pina (Santander Pensões - Soc. Gest. Fundos Pensões, S.A.)

Entidade Gestora

Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.

Consultores Legais

Morais Leitão Galvão Teles Soares da Silva & Associados

Auditores

KPMG & Associados, SROC S.A. - efectivo

Gonçalo Magalhães Feu Rebelo da Silva - suplente